



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

Emissão: 22/01/2021
RS 1,00

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	Set/2020	Out/2020	Nov/2020	Dez/2020	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.690.905.411,67	4.078.766.941,69	2.581.644.282,12	2.888.721.227,80	3.320.255.725,87	3.026.586.864,53	3.139.918.277,10	3.033.534.459,13	3.009.635.138,77	3.368.290.367,72	2.883.799.729,73	5.962.626.088,22	39.984.684.514,35	13.698.591,43
Pessoal Ativo	1.451.851.064,12	1.386.662.167,04	1.263.302.524,33	1.281.675.651,96	1.646.403.575,65	1.423.297.515,87	1.301.653.711,43	1.338.561.196,89	1.346.064.708,25	1.624.791.166,64	1.080.778.395,40	2.863.856.462,63	18.008.898.140,21	3.012.365,74
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.215.695.407,27	1.218.202.073,61	1.142.894.551,61	1.135.452.852,30	1.504.248.554,05	1.321.019.873,17	1.183.427.669,38	1.189.640.559,08	1.201.395.448,18	1.475.944.820,48	932.353.504,09	2.553.465.839,74	16.073.741.152,96	2.733.472,96
Obrigações Patronais	236.103.817,44	168.385.473,60	120.322.111,38	146.152.660,04	142.087.244,27	102.206.477,50	118.160.259,18	148.811.956,25	144.567.670,42	148.750.672,26	148.359.710,63	310.390.621,09	1.934.298.674,06	278,893
Benefícios Previdenciários	51.839,41	74.619,83	85.861,34	70.139,62	67.777,33	71.165,20	65.782,87	108.681,56	101.589,65	95.673,90	65.180,68	1,80	858.313,19	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.233.146.531,04	2.579.078.298,41	1.095.976.975,97	1.595.090.210,92	1.575.292.387,33	1.576.252.936,38	1.700.188.370,83	1.589.166.614,58	1.597.528.809,38	1.608.554.253,28	1.610.021.819,14	2.886.043.438,22	20.646.340.645,48	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	848.094.674,40	2.119.038.014,09	800.265.049,14	1.210.974.575,38	1.208.426.383,29	1.208.143.776,87	1.329.938.964,72	1.215.617.647,26	1.230.431.635,25	1.231.381.992,26	1.233.369.765,54	2.178.657.432,12	15.814.339.910,32	-
Pensões	385.051.856,64	460.040.284,32	295.711.926,83	384.115.635,54	366.866.004,04	368.109.159,51	370.249.406,11	373.548.967,32	367.097.174,13	377.167.761,02	376.649.053,60	707.386.006,10	4.831.993.235,16	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.500	3.000	-	7.500,00	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	5.907.816,51	113.026.476,24	222.364.781,82	11.955.364,92	98.559.762,89	27.036.412,28	138.076.194,84	105.806.647,66	66.041.621,14	134.944.947,80	192.999.515,19	212.726.187,37	1.329.445.728,66	10.686.225,69
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	819.621.518,03	1.604.335.688,07	1.329.956.085,19	762.219.755,35	986.561.856,38	1.149.856.963,34	428.274.999,65	1.037.048.612,22	672.310.049,40	420.962.909,27	1.526.537.518,07	1.577.983.525,44	12.315.669.480,41	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	136.675,87	208.055,43	1.532.067,17	1.424.770,68	1.289.155,25	1.425.958,88	1.294.224,43	1.487.087,74	1.505.605,05	1.625.104,99	2.311.453,84	1.674.719,44	15.914.878,77	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	8.320.069,65	10.066.741,84	12.723.745,54	1.938.558,15	345.071.108,55	6.673.383,81	13.873.842,22	16.287.593,39	44.391.936,59	13.712.214,38	18.170.716,64	252.036.731,89	743.266.642,65	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	25.849.664,97	17.034.860,47	7.030.447,62	2.881.003,56	3.289.477,76	3.519.055,16	2.109.707,47	2.826.285,32	2.507.909,60	3.545.529,39	1.183.118,91	124.274.612,03	196.051.672,26	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	785.315.107,54	1.577.026.030,33	1.308.669.824,86	755.975.422,96	636.912.114,82	1.138.238.565,49	410.997.225,53	1.016.447.645,77	623.904.598,16	402.080.060,51	1.504.872.228,68	1.199.997.462,08	11.360.436.286,73	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.871.283.893,64	2.474.431.253,62	1.251.688.196,93	2.126.501.472,45	2.333.693.869,49	1.876.729.901,19	2.711.643.277,45	1.996.485.846,91	2.337.325.089,37	2.947.327.458,45	1.357.262.211,66	4.384.642.562,78	27.669.015.033,94	13.698.591,43

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	59.498.087.016,55	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	-	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	59.498.087.016,55	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	27.682.713.625,37	46,53
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	29.154.062.638,11	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	27.696.359.506,20	46,55
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	26.238.656.374,30	44,10

FONTE: Siafe-Rio - Secretaria de Estado de Fazenda.

Obs.: 1 - Excluídas a Imprensa Oficial, a CEDAE e a AGERIO por não se enquadrarem no conceito de Empresa Dependente.
2 - Imprensa Oficial, CEDAE e AGERIO não constam nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social no exercício de 2020.
3 - Até 31/12/2020 foi cancelado o montante de R\$ 3.918.466,50 (três milhões, novecentos e dezoito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) referentes a Restos a Pagar Não Processados inscritos pelo Poder Executivo em 31/12/2019.
4 - O prazo para eliminação do percentual excedente para ajuste previstos no art. 23 da LRF estava suspenso por força da Lei 7.483 de 08 de novembro de 2016, que reconhece o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira estadual. Entretanto, conforme a Lei Complementar nº 159 de 19 de maio de 2017 e após homologação do Acordo de Recuperação Fiscal em 05/09/2017, o prazo passou a ser o mesmo pactuado no Plano de Recuperação, ou seja, 36 (trinta e seis) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período. Esse é o novo prazo a ser considerado para efeitos do quadro TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL. A Lei Estadual do Rio de Janeiro nº 8.647, de 09 de dezembro de 2019, estendeu o prazo de validade do estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira estadual para até 31 de dezembro de 2020.
5 - Foram excluídos do cômputo das despesas com pessoal os "Créditos Empenhados em Liquidação", uma vez que a base móvel do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do 1º e 2º Quadrimestres é afetada pelo mês de liquidação das Provisões (Dezembro), causando distorção no acompanhamento do índice de pessoal.

Guilherme Macedo Reis Mercês
Secretário de Estado de Fazenda

Francisco Ricardo Soares
Controlador-Geral do Estado

Cláudio Castro
Governador em Exercício